

PROCESSO Nº 01554-2003-091-15-85-8 RO

5ª CÂMARA / 3ª TURMA

RECURSO ORDINÁRIO

4ª VARA DO TRABALHO DE BAURU

Recorrente: Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região

RecorridoRecorrido: Unibanco – União dos Bancos Brasileiros S.A.:
Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e Financeiros de Bauru e Região (Assistente Litisconsorcial)

Juíza Sentenciante : Maria Cristina Mattioli

O Ministério Público do Trabalho ajuizou ação civil pública sustentando ter instaurado procedimento investigatório para apuração de irregularidades no que pertine ao cumprimento da legislação trabalhista e que a Sudelegacia do Trabalho, em atendimento a sua requisição, encaminhou relatório apontando várias infrações legais praticadas pelo requerido. Objetiva, assim, a condenação do réu ao cumprimento de obrigações de fazer e não fazer, além do pagamento de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a título de reparação pelos danos causados aos direitos difusos e coletivos dos trabalhadores. Às fls. 319/320 o MM. Juízo a quo acolheu a preliminar de ilegitimidade ativa argüida pelo réu, extinguindo o processo sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 267, inciso VI, do Código de Processo Civil. Irresignado com a r. sentença, o requerente interpôs recurso ordinário (fls. 338/348) e aduziu sua legitimidade para a defesa de direitos individuais indisponíveis.

Contra-razões da ré às fls. 351/356.

Parecer da D. Procuradoria do Trabalho às fls. 363/364 pelo provimento do apelo.

O acórdão de fls. 367/371, relatado por este Juízo deu provimento do recurso para reconhecer a legitimidade ativa do Ministério Público do Trabalho e determinou o retorno dos autos ao MM. Juízo originário para apreciação das demais matérias argüidas como entender de direito. Inconformado com a r. sentença de fls. 381/382, que julgou improcedentes os pedidos formulados à inicial, recorre o autor às fls. 401/407. Assevera que a limitação da jornada de trabalho guarda relação com a preservação da saúde dos trabalhadores, bem naturalmente difuso e indisponível. Pugna, assim, pela condenação do réu nas obrigações de fazer e não fazer requeridas e pelo reconhecimento da caracterização do dano moral coletivo. Ausentes contra-razões, conforme certificado à fl. 410. O D. Ministério Público do Trabalho, à fl. 413, opina pelo prosseguimento do feito, reservando-se, porém, a oportunidade de manifestar-se em sessão de julgamento ou em qualquer outra fase do processo. Os autos foram distribuídos a esta Juíza Relatora por prevenção.

É o RELATÓRIO.

VOTO

Conheço do recurso interposto, eis que presentes os pressupostos legais de

admissibilidade.

Das obrigações de fazer e não fazer

Busca o ora recorrente a reforma do julgado asseverando que o tema versado na presente ação - limitação da jornada de trabalho – guarda estreita relação com a preservação da saúde dos trabalhadores, bem naturalmente difuso e indisponível. Alega violação aos artigos 74, § 2º, da CLT e 7º, inciso XVI, da Constituição Federal.

Assevera que a r. sentença foi proferida de forma concisa, inclusive utilizando-se dos mesmos fundamentos adotados na decisão anterior (fls. 319/320), que extinguiu o processo sem julgamento do mérito e foi reformada por este E. Tribunal (fls. 267/371).

A r. sentença guerreada encontra-se devidamente fundamentada, tendo a D. Magistrada de origem explicitado, de forma clara e objetiva, o seu posicionamento a respeito das questões controvertidas. Não houve, portanto, violação aos dispositivos legais citados nas razões recursais. Com relação ao mérito propriamente dito, é de se expor o que segue. Saliente-se inicialmente que a irresignação do ora recorrente restringe-se ao descumprimento das normas pertinentes à jornada de trabalho. O Ministério Público do Trabalho ajuizou a presente ação civil pública sustentando que, conforme “Peça de Informação nº 015443/2003-31”, em atendimento da sua requisição, a Subdelegacia do Trabalho encaminhou relatório de fiscalização realizada nos dependências do banco réu, o qual concluiu pela existência de várias irregularidades, a saber (fl. 16):

“Quanto ao atributo jornada, constatou-se através das fitas de fechamento de caixa, que a empresa não anota nos cartões de ponto as horas extras realizadas pelos empregados, o que ocasionou a lavratura do Auto de Infração 004436822 (artigo 74, § 2º, da CLT). Quanto ao atributo salário, verificou-se que a empresa não efetua o pagamento das horas extraordinárias realizadas, tendo sido lavrado o Auto de Infração nº 004436784.”

Almeja, assim, a condenação do demandado ao cumprimento das seguintes obrigações: permitir a correta anotação da jornada de trabalho praticada pelos seus empregados; promover a remuneração das horas suplementares; abster-se de exigir jornada superior aos limites legais sem a correta anotação no cartão de ponto, tudo sob pena de pagamento de multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), por trabalhador em situação irregular, além do pagamento de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a título de reparação pelos danos causados aos direitos difusos e coletivos dos trabalhadores. O demandado contestou a ação negando a ocorrência dos fatos propalados e sustentou que para todos os autos de infração interpôs o competente recurso administrativo (fl. 119).

O MM. Juízo a quo entendeu por bem indeferir a pretensão exordial, sob o fundamento de que não há comprovação quanto à exigência coletiva do cumprimento de horas extras fora do permissivo legal. Acrescentou, ainda, que os autos de infração não apresentam as funções dos empregados que,

supostamente, teriam praticado horas extras, as quais não estariam anotadas nos controles de horário. Em que pese ao entendimento da D. Magistrada de origem, dele divirjo. Do conjunto probatório constata-se que o réu não juntou aos autos as mencionadas defesas administrativas contra as infrações que lhe foram imputadas, deixando, assim, de efetuar a devida contra-prova aos fatos noticiados. Saliente-se que os autos de infração de fls. 20/21 possuem fé pública, não podendo, assim, ser desconsiderados. O desrespeito às disposições legais que tratam da jornada de trabalho (artigo 74, § 2º, da CLT e 7º, inciso XVI, da CF) afeta a moral de toda a coletividade de trabalhadores, pois prejudica sua saúde física e mental. Assim, dou provimento ao apelo para condenar o réu a permitir que os empregados submetidos a controle de horário anotem manual ou mecanicamente a jornada efetivamente praticada; promover a correta remuneração das horas suplementares e a abster-se de exigir o cumprimento de jornada superior aos limites legais sem a correta anotação no cartão de ponto e respectivo pagamento, sob pena de pagamento de multa, por trabalhador em situação irregular, a qual é fixada em R\$ 1.000,00 (mil reais), por entender excessiva a postulada.

Dos limites subjetivos da coisa julgada

Considerando os termos da defesa do recorrido (fls. 112/118) em relação à matéria em epígrafe, é de se explicitar o que segue: O artigo 103 do Código de Defesa do Consumidor derrogou tacitamente o artigo 16 da Lei da Ação Civil Pública, atribuindo efeitos “erga omnes” às sentenças que julgarem procedentes pedidos relativos a direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, a saber:

“Art. 103. Nas ações coletivas de que trata este código, a sentença fará coisa julgada:

I - erga omnes, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento valendo-se de nova prova, na hipótese do inciso I do parágrafo único do art. 81;

II - ultra partes, mas limitadamente ao grupo, categoria ou classe, salvo improcedência por insuficiência de provas, nos termos do inciso anterior, quando se tratar da hipótese prevista no inciso II do parágrafo único do art. 81;

III – erga omnes, apenas no caso de procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores, na hipótese do inciso III do parágrafo único do artigo 81.”

Desse modo, a sentença ora proferida produz efeitos “erga omnes”, pois o que limita o alcance da coisa julgada é o pedido e não o âmbito de atuação do órgão julgador.

Neste sentido, oportuna a transcrição dos comentários efetuados pelo D. Procurador Regional do Trabalho, Dr. Raimundo Simão de Melo, em sua obra “Ação Civil Pública na Justiça do Trabalho”, 2ª edição, Editora LTr,

“Ora, não se pode imaginar na transposição de regra ortodoxas do processo individual para a resolução de lides de natureza coletiva, diante da impossibilidade de se “dividir” tais interesses. E se os direitos e interesses difusos e coletivos são indivisíveis, à evidência, a sentença coletiva proferida pelo Juiz da base territorial em que se originou o dano lançará seus efeitos por todas as localidades onde os reflexos dos mesmos se fizerem sentir, numa espécie de ampliação da jurisdição. É o que determinam o art. 103 e incisos I, II e III do CDC. (...) Além do mais, como temos insistido, com apoio da melhor doutrina, a abrangência da coisa julgada coletiva é determinada pelo pedido e não pela competência e âmbito de jurisdição do Juiz prolator da sentença. Desse modo, se o pedido é amplo (de âmbito regional ou nacional), não será por intermédio de tentativas de restrições da competência que o mesmo poderá ficar limitado.”

Na mesma obra o D. Procurador Raimundo Simão de Melo refere-se a coerente explanação realizada pelo jurista Hugo Nigro Mazzilli, em sua obra “A defesa dos interesses difusos em juízo”, 4ª ed., Ed. RT, págs. 140/141, a seguir transcrita:

“(...) não há como confundir competência do juiz que julga a causa com os efeitos que uma sentença pode produzir fora da comarca em que foi proferida, e que poderão tornar-se imutáveis com seu trânsito em julgado (imutabilidade do decisor entre partes). Assim, por ex., uma sentença que proíba a fabricação de um produto nocivo que vinha sendo produzido e vendido em todo o país, ou uma sentença que proíba o lançamento de dejetos tóxicos num rio que banhe vários Estados – essas sentenças produzem efeitos em todo o país ou em mais de uma região do país, mas isso não se confunde com a competência para proferi-las, que deverá ser de um único juiz, e não de cada um dos milhares de juízes brasileiros, cada qual “dentro dos limites de sua competência territorial”. Admitir solução diversa levaria a milhares de sentenças contraditórias, exatamente contra os fundamentos e finalidades da defesa coletiva de interesses (...)”

Sobre o tema, assim se delineia a jurisprudência:

“AÇÃO CIVIL PÚBLICA - COMPETÊNCIA TERRITORIAL - EXEGESE DO ART. 16 DA LEI

ACP - EFICÁCIA ESPACIAL DA DECISÃO. A Ação Civil Pública proposta com vistas à obter a declaração de inaplicabilidade de cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho tem natureza de ação coletiva e a eficácia da decisão nela proferida não se limita ao território da Comarca onde foi ajuizada, devendo produzir seus efeitos em todos os municípios abrangidos pela norma coletiva combatida. De sorte que sendo a ação ajuizada em face de alguns Sindicatos de empregados rurais situados e com base territorial na jurisdição desta C. Corte, a decisão que nela vier a ser proferida terá efeito erga omnes, para a toda a região abrangida pela convenção. A peculiaridade de a ACP ter por objeto a declaração de ineficácia de cláusula

de acordo ou convenção coletiva de trabalho não permite que a decisão nela proferida tenha efeitos restritos à localidade onde a ação foi proposta, nem seria de se exigir que fosse proposta na Capital do Estado, sob pena de gerar uma situação teratológica no âmbito das relações de trabalho, por ela disciplinada.

Segurança denegada.”
(TRT 15ª Região – Proc. MS 01303-2006-000-15-00-1, SDC, DJ de 12.01.2007, Rel. Juiz José Antonio Pancotti).

“AÇÃO CIVIL PÚBLICA. COMPETÊNCIA FUNCIONAL. EFEITOS DA COISA JULGADA.

A sentença proferida em Ação Civil Pública faz coisa julgada erga omnes e ultra partes limitadamente ao grupo, categoria ou classe atingida, independentemente de esta localizar-se fora da competência territorial do órgão prolator, nos termos do art. 103, I e II, do CDC, aplicável à espécie por força do que dispõe o art. 21 da Lei da Ação Civil Pública.” (TRT da 14ª Região, Processo n. 1314/02, 1ª Turma, Relator Juiz Marcos Moura Ferreira, DJRO de 5.4.02).

Do dano moral coletivo

Conforme explicita Xisto Tiago de Medeiro Neto, "a idéia e o reconhecimento do dano moral coletivo (lato sensu), bem como a necessidade de sua reparação, constituem mais uma evolução nos contínuos desdobramentos do sistema da responsabilidade civil, significando a ampliação do dano extrapatrimonial para um conceito não restrito ao mero sofrimento ou à dor pessoal, porém extensivo a toda modificação desvaliosa do espírito coletivo, ou seja, a qualquer ofensa aos valores fundamentais compartilhados pela coletividade, e que refletem o alcance da dignidade dos seus membros." (in, Dano moral coletivo, LTr, 2004, p. 136).

Carlos Alberto Bittar Filho define o dano moral coletivo como sendo "a injusta lesão da esfera moral de uma dada comunidade, ou seja, é a violação antijurídica de um determinado círculo de valores coletivos". (artigo "Pode a coletividade sofrer dano moral?", Repertório IOB " Jurisprudência, vol. 3, 15/96, pág. 271)

O citado autor defende, ainda, a tese de que: "Quando se fala em dano moral coletivo, está-se fazendo menção ao fato de que o patrimônio valorativo de uma certa comunidade (maior ou menor), idealmente considerado, foi agredido de maneira absolutamente injustificável do ponto de vista jurídico: quer isso dizer, em última instância, que se feriu a própria cultura, em seu aspecto imaterial".

O pedido de indenização por dano moral coletivo, decorrente da violação de direitos difusos e coletivos, encontra amparo no artigo 5º, inciso X, da Constituição da República, bem como nos artigos 186 e 927 do Código Civil. In casu, restou demonstrado o desrespeito às normas trabalhistas que tratam da jornada de trabalho. Assim, foram lesionados os direitos não apenas dos empregados do réu citados dos documentos de fls. 20/21, mas dos trabalhadores em geral, haja vista que a observância da legislação interessa

a todos, caracterizando-se a sua violação como ofensa à moral social. Oportuna a transcrição do seguinte julgado:

“DANO MORAL COLETIVO – POSSIBILIDADE – Uma vez configurado que a ré violou direito transindividual de ordem coletiva, infringindo normas de ordem pública que regem a saúde, segurança, higiene e meio ambiente do trabalho e do trabalhador, é devida a indenização por dano moral coletivo, pois tal atitude da ré abala o sentimento de dignidade, falta de apreço e consideração, tendo reflexos na coletividade e causando grandes prejuízos à sociedade.”

(TRT 8ª Região, RO 5309/2002, Relator Juiz Luis José de Jesus Ribeiro)

A verba indenizatória devida na hipótese deve ser fixada com prudência e moderação, dentro dos critérios de razoabilidade e proporcionalidade, levando em consideração as condições pessoais da vítima, a capacidade econômica do ofensor, a natureza e a extensão do dano causado, não se justificando que a reparação seja arbitrada em valor exorbitante, que possa ensejar o enriquecimento sem causa, ou inexpressivo, que torne inócua a condenação, por descaracterizar seu caráter inibitório. Ante essas considerações, reputo devida a indenização pleiteada, no importe de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), pois se mostra adequada, satisfatória e suficiente para atender aos fins a que se destina, ou seja, reparar o dano moral coletivo causado e, ao mesmo tempo, desencorajar a reincidência nos atos ilícitos.

A indenização supra reverterá ao FAT, a teor da disposição contida no artigo 13 da Lei 7.347/85.

Saliente-se, por fim, inexistir obstáculo legal a cumulação de obrigações de fazer a cujo cumprimento foi condenado a réu com a condenação em pecúnia, a teor do disposto no artigo 3º da Lei nº 7347/85.

Do exposto, decido conhecer do recurso interposto e a ele dar provimento para determinar que o réu permita que os empregados submetidos a controle de horário anotem manual ou mecanicamente a jornada efetivamente praticada, promova a correta remuneração das horas suplementares e abstenha-se de exigir o cumprimento de jornada superior aos limites legais, sem a correta anotação no cartão de ponto e respectivo pagamento, sob pena de pagamento de multa, por trabalhador em situação irregular, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), reversível ao FAT. Condena-se, ainda, o demandado ao pagamento da quantia de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a título de reparação pelos danos causados aos direitos difusos e coletivos, que deverá ser recolhida ao FAT, consoante fundamentação.

Custas processuais pelo reclamado, no importe de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), calculadas sobre o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), ora arbitrado á condenação.

Helena Rosa Mônaco S. L. Coelho
Juíza Relatora